



## ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA PRAGMÁTICA

### *Methodological Aspects of Pragmatic Research*

Fanuel Melo Paes Barreto  
UNICAP  
Karl Heinz Efken  
UNICAP

**Resumo:** Este artigo apresenta uma discussão sobre as condutas metodológicas adotadas na pesquisa pragmática. São analisadas posições que vão dos trabalhos seminais do filósofo Paul Grice àquelas assumidas por pesquisadores de tendência neogriceana e pós-griceana, levando em conta os modos filosófico e científico de construir e avaliar teorias, bem como a estreita relação entre as opções metodológicas e os pressupostos teóricos da pesquisa. Como conclusão, chega-se ao reconhecimento da necessidade de se adotar uma postura francamente pluralista quanto à questão do método, mas que não deve ser confundida com um mero anarquismo metodológico.

**Palavras-chave:** Pragmática. Metodologia. Paul Grice. Neogriceano. Pós-griceano.

**Abstract:** This paper presents a discussion about methodological procedures in pragmatic research. Views are analysed ranging from that adopted by the philosopher Paul Grice in his seminal work to those defended by neo-Gricean and post-Gricean pragmaticists, taking into account both philosophical and scientific ways of constructing and evaluating theories as well as the close relation between methodological decisions and theoretical presuppositions. In conclusion, the need is acknowledged for adopting an avowedly pluralist stance concerning the question of method, but one not to be confounded with sheer methodological anarchism.

**Keywords:** Pragmatics. Methodology. Paul Grice. Neogricean. Post-Gricean.

### 1. Introdução

A pragmática, enquanto um ramo da ciência linguística, não tem motivo para se envergonhar de suas origens reconhecidamente filosóficas. Afinal, uma disciplina primordial nos estudos da linguagem como a gramática também encontra suas raízes na inquirição sobre o mundo promovida pelos filósofos gregos (NEVES, 2005)<sup>1</sup>. Ao indagar sobre a possibilidade de se traçar uma fronteira entre a "gramática lógica" e uma "Gramática revisada e ampliada", J. L. Austin, lançando mão de uma analogia cósmica, salientou o papel da filosofia como o "sol central", que, de tempos em tempos, "expele alguma porção de si para que assuma o posto de uma ciência" (AUSTIN, 1979, p. 232, grifo original)<sup>2</sup>.

Contudo, a ascendência filosófica de sua disciplina coloca o estudioso da pragmática (assim como o da gramática) frente a questões epistemológicas não muito diferentes daquelas que envolveram o nascimento da ciência empírica moderna. Neste artigo, apresento uma análise de como tem sido respondida a questão acerca da conduta

<sup>1</sup> NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. rev. e atual São Paulo: Editora UNESP, 2005.

<sup>2</sup> AUSTIN, J. L. *Philosophical papers*. 3<sup>rd</sup> ed. Oxford: Oxford University Press, 1979, p. 205-32.

metodológica a ser adotada na pesquisa dos fenômenos pragmáticos, ressaltando o papel que os pressupostos teóricos da investigação desempenham nas respostas. Da análise, procuro extrair, como conclusão, a proposta de uma postura flexível diante da questão.

## 2. Pragmática: delimitando o campo

Em já clássica introdução à pragmática, Stephen Levinson, ainda nos primórdios da disciplina, ao tentar definir sua natureza, reconheceu a dificuldade da tarefa, pelo que preferiu, como estratégia de exposição, apresentar um panorama dos problemas centrais de que se ocupam os pragmaticistas (LEVINSON, 1983, p. 32)<sup>3</sup>, a saber, a explicação de fenômenos como a dêixis, a implicatura, a pressuposição, os atos de fala, a estrutura conversacional. Considerando essa lista, podemos dizer que apenas a análise da estrutura conversacional resulta de um enfoque ambientado, embora polemicamente, na pesquisa sociológica, a etnometodologia (WATSON; GASTALDO, 2015)<sup>4</sup>; os demais itens correspondem a temas que tiveram sua origem ou receberam, de início, uma atenção mais detida no âmbito da reflexão filosófica.

Porém, um balanço mais recente do que se entende por pesquisa em pragmática parece autorizar a conclusão de que tal campo de estudo "foi efetivamente lançado, de dentro da filosofia, por Paul Grice" (BURTON-ROBERTS, 2007, p.1)<sup>5</sup>. Buscando situar o problema da significação dos atos linguísticos no quadro mais geral de uma teoria filosófica da linguagem, Grice definiu conceitos seminais e levantou questões hoje centrais para qualquer reflexão aprofundada sobre o funcionamento da comunicação verbal. Pareça ou não tal avaliação de algum modo questionável, cabe aqui assentar que a discussão desenvolvida a seguir se restringirá aos limites do que vem sendo caracterizado como "pragmática griceana" (CHAPMAN, 2008, p. 185-216)<sup>6</sup>, na qual duas tendências se destacam, a pós-griceana e a neogriceana. Essa decisão repousa sobre a compreensão de que é ao longo das linhas esboçadas por Grice que se tem alcançado um tratamento mais perceptivo dos fenômenos pragmáticos.

## 3. Grice e a pragmática griceana

Não resta dúvida de que a contribuição mais profícua de Grice consiste na análise do fenômeno por ele denominado de "implicatura", mais particularmente das "implicaturas conversacionais" (GRICE, 1989, p. 1-143; em especial, p. 22-40)<sup>7</sup>. Para tanto, o filósofo propôs uma teoria explanatória daquelas situações em que o falante quer dizer algo a mais, ou algo diferente, do que efetivamente diz, se considerados apenas os aspectos sintático-semânticos da sentença por ele enunciada. Ao lidar com esse fenômeno, Grice recorreu a uma estratégia que Robert Stalnaker assim descreveu: "tentar usar simples truísmos a respeito da conversação ou discurso, para explicar regularidades que parecem complexas e não motivadas, quando assumidas como fatos sobre a semântica das expressões relevantes" (*apud* BACH, 2007, p. 27)<sup>8</sup>.

Grice tratou as implicaturas conversacionais como processos inferenciais em parte baseados nos princípios que, segundo ele, regem a interação conversacional (vale dizer, comunicativa). Ainda de acordo com o filósofo, tais princípios obedecem a uma hierarquia: o mais geral, o princípio da cooperação, dispõe sobre a adequação da contribuição do falante ao propósito ou direção do intercâmbio conversacional no momento em que se dá tal contribuição; os demais, chamados por Grice de "máximas" e

<sup>3</sup> WATSON, R.; GASTALDO, E. *Etnometodologia & análise da conversa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

<sup>4</sup> LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

<sup>5</sup> BURTON-ROBERTS, N. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 1-9.

<sup>6</sup> CHAPMAN, S. *Paul Grice: philosopher and linguist*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

<sup>7</sup> GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

<sup>8</sup> BACH, K. Regressions in pragmatics (and semantics). In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 24-44.

identificados pelas categorias kantianas de quantidade, qualidade, relação e maneira, não são propriamente derivações do princípio maior, mas instruções com ele consistentes que estabelecem restrições ao comportamento do falante ("Faça sua contribuição tão informativa quanto o necessário", "Não diga algo que você julga ser falso", "Seja relevante" etc.) (cf. KASHER, 1976, p. 202-5<sup>9</sup>). Apesar de formulados no modo imperativo dos verbos, os princípios não se definiriam, a rigor, como "regras" conversacionais, mas como expectativas ou suposições com as quais os interlocutores operam.

Essas propostas de Grice forneceram o impulso e a perspectiva geral para um corpo de trabalhos tão volumoso quanto díspar. Mas, conforme dito acima, na pragmática de inspiração griceana, duas tendências merecem destaque. Uma delas, a neogriceana, mantém o arcabouço explanatório formado por um princípio geral, o da cooperação, e outros mais específicos, as máximas, embora o número destas seja significativamente reduzido (LEVINSON, 2000)<sup>10</sup>. Já na tendência conhecida como "pós-griceana", porque em mais acentuada divergência com as soluções oferecidas por Grice, o esforço reducionista é levado ao ponto de se substituírem o princípio da cooperação e as máximas por um único, e ainda mais geral, princípio da relevância (SPERBER; WILSON, 1995<sup>11</sup>; WILSON; SPERBER, 2012)<sup>12</sup>; daí a tendência ser também identificada como a "teoria da relevância".

Não é de surpreender que um cenário teórico assim diversificado, e até certo ponto polarizado, comporte também diferentes posturas metodológicas. De fato, o aspecto crucial para a nossa discussão está em que, ao enfoque griceano original e às duas tendências referidas (mais particularmente, a pós-griceana), podemos associar condutas em alguma medida distintas no modo de construir e, sobretudo, avaliar as teorias.

#### 4. Argumentação filosófica e argumentação científica

Se aceitarmos, de forma um tanto esquemática, o nascimento da ciência empírica moderna como datando da revolução copernicana, não parecerá de todo ilícito traçarmos, também de forma esquemática, uma demarcação entre duas condutas argumentativas que podemos distinguir pelas expressões "argumentação filosófica" e "argumentação científica". Com a primeira dessas expressões, entenda-se o estilo de validação de teses essencialmente conceptual e dedutivo exemplificado na reflexão filosófica clássica; já com a segunda expressão designemos o modo de comprovação de hipóteses e teorias caracteristicamente observacional e experimental da investigação científica moderna.

Tal distinção, no entanto, não deve sugerir qualquer decisão *a priori* a respeito do valor relativo dessas duas condutas. Bem pelo contrário, importa mesmo reconhecer que elas nem sempre se manifestam de forma pura e rigorosamente contrastável. Assim é que, por exemplo, em suas reflexões astronômicas, Aristóteles combinou o modo de argumentação observacional com o conceptual: por um lado, fundamentou a tese da esfericidade da terra com a constatação de que "a sombra da terra em um eclipse lunar é circular e, também, que, quando nos movemos para o sul, novas constelações de estrelas se tornam visíveis"; por outro lado, sustentava que "os movimentos celestiais devem ser todos circulares porque somente movimentos circulares se voltam sobre si e podem ser

<sup>9</sup> KASHER, A. Conversational maxims and rationality. In: KASHER, A. (Ed). Language in focus: foundations, methods and systems. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1976. p. 197-216. Disponível em: <[http://www.academia.edu/15034538/Conversational\\_Maxims\\_and\\_Rationality](http://www.academia.edu/15034538/Conversational_Maxims_and_Rationality)> Acesso em: 07 jan. 2017.

<sup>10</sup> LEVINSON, S. C. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

<sup>11</sup> SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2<sup>nd</sup> ed. Malden, MA/Oxford: Blackwell Publishing, 1995.

<sup>12</sup> WILSON, D.; SPERBER, D. *Meaning and relevance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

eternos" (CROWE, 2001, p. 25)<sup>13</sup>. Outro exemplo se encontra no fato de que Copérnico "não derivou seu sistema a partir de novas observações astronômicas ou novos instrumentos, nem possuía avanços matemáticos não disponíveis a Ptolomeu" (p. 86); mesmo assim, a concepção ptolomaica do universo converteu-se em um "monstro", na visão de Copérnico. Segundo Thomas Kuhn, tal visão seria resultado de um "clima mais amplo de opinião filosófica e científica", que incluía conceitos neoplatônicos e a tradição crítica escolástica (KUHN, 1985, p. 141)<sup>14</sup>. Alguns estudiosos chegam mesmo a caracterizar "a escolha entre os dois sistemas como baseada em considerações estéticas" (CROWE, 2001, p. 86)<sup>15</sup>.

Todavia, não obstante seu esquematismo, a distinção entre as duas condutas argumentativas parece servir, *grosso modo*, como um referencial para a caracterização das posturas metodológicas adotadas na investigação pragmática. A primeira, de cunho mais conceptualista, permeia a pesquisa na pragmática griceana como óbvio legado de seu inspirador, o qual, na opinião de Siobhan Chapman, se credenciaria também ao epíteto de "linguista", mas que certamente não se considerava outra coisa que não um filósofo (CHAPMAN, 2008, p. vii)<sup>16</sup>. A esse legado se soma uma forte tradição na linguística de se fiarem as formulações teóricas em exemplos intuitivos, artificialmente criados, o que não parece estranho ao modo de argumentar filosófico. A segunda postura, de caráter experimentalista, embora adotada pela psicolinguística desde o início da década de 1970, só ultimamente vem se estabelecendo na esfera da pragmática, em especial, entre os pós-griceanos, facultando ao pesquisador procedimentos metodológicos comuns em outras áreas da ciência.

## 5. Opções metodológicas e pressupostos teóricos

Entre os fatores que determinam a opção por uma conduta metodológica estão, evidentemente, os pressupostos teóricos sobre a natureza do objeto a ser investigado. Consideremos, então, de que maneira diferenças quanto ao modo de se conceber esse fenômeno central na pragmática griceana que é a implicatura explicam escolhas metodológicas diversas por parte dos investigadores, ou, pelo menos, com elas são consistentes.

Tanto a perspectiva pós-griceana quanto a neogriceana consideram as implicaturas conversacionais à luz do que Marina Sbisà chama de "racionalidade instrumental", isto é, "como um meio de otimização da comunicação (em vários sentidos possíveis)" (SBISÀ, [200...], p. 242)<sup>17</sup>. O próprio Grice, em certas passagens (por exemplo, GRICE, 1989, p. 29-30)<sup>18</sup>, parece entender a racionalidade dos princípios conversacionais sob a ótica instrumental.

Por outro lado, ao caracterizar a noção de implicatura conversacional, Grice descreve o fenômeno como um "cálculo": "interpretar uma implicatura conversacional é calcular o que se deve presumir de modo a se preservar a suposição de que o Princípio da Cooperação está sendo observado [...]" (GRICE, 1989, p. 39-40)<sup>19</sup>. E ele explicita as etapas desse cálculo do ponto de vista do ouvinte:

Ele [o falante] disse que *p*, não há razão para supor que ele não esteja observando as máximas, ou pelo menos o Princípio da Cooperação; ele não poderia estar

<sup>13</sup> CROWE, M. J. *Theories of the world: from antiquity to the copernican revolution*. 2<sup>nd</sup> ed. Mineola, NY: Dover, 2001.

<sup>14</sup> KUHN, T. S. *The copernican revolution: planetary astronomy in the development of western thought*. New York: MJF, 1985.

<sup>15</sup> CROWE, M. J. *Theories of the world: from antiquity to the copernican revolution*. 2<sup>nd</sup> ed. Mineola, NY: Dover, 2001.

<sup>16</sup> CHAPMAN, S. *Paul Grice: philosopher and linguist*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

<sup>17</sup> SBISÀ, M. Two conceptions of rationality in Grice's theory of implicature. [200...], p. 233-47. Disponível em: <[http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality\\_Rijeka.pdf](http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality_Rijeka.pdf)> Acesso em: 08 jan. 2017.

<sup>18</sup> GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

<sup>19</sup> GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

fazendo isso a não ser que pense que  $q$ , ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que eu posso perceber que a suposição de que ele pensa que  $q$  é requerida; ele nada fez para me impedir de pensar que  $q$ ; ele pretende, ou, pelo menos, deseja permitir que eu pense que  $q$ ; então ele fez a implicatura de que  $q$ . (GRICE, 1989, p. 31).<sup>20</sup>

Visto por esse ângulo, o cálculo de uma implicatura conversacional conforma-se ao que Sbisà chama de "racionalidade argumentativa", aquela que "acentua a conexão da racionalidade com o raciocínio argumentativo, isto é, um raciocínio voltado a prover suporte à aceitação de uma crença ou à tomada de uma decisão" (SBISÀ, [200...], p. 242<sup>21</sup>; cf. GRICE, 2001, p. 4-25)<sup>22</sup>.

A opção por uma concepção instrumental ou argumentativa repercute de forma decisiva na questão sobre a realidade psicológica da implicatura conversacional: se entendida como uma estratégia instrumental parece razoável "assumir que ela tem a ver com o modo como a comunicação realmente funciona, isto é, com os processos realmente em ação nas mentes do falante e do ouvinte" (SBISÀ, [200...], p. 242)<sup>23</sup>. Já se compreendido, nos moldes griceanos, como expressão da faculdade humana de justificar crenças e ações por meio de raciocínios argumentativos, o cálculo de uma implicatura conversacional se mostra pouco plausível enquanto mecanismo efetivo de processamento discursivo.

Entretanto, Grice não estabelece o requisito de que uma implicatura conversacional seja efetivamente calculada pelo ouvinte; ela pode até resultar de uma intuição. Tudo o que Grice requer, como característica decisiva do fenômeno, é que tal intuição "seja substituível por um argumento" (GRICE, 1989, p. 31)<sup>24</sup>. Como alerta Sbisà ([200...], p. 239)<sup>25</sup>, a calculabilidade não é a mesma coisa que o cálculo efetivo. Desse modo, para Grice, a racionalidade envolvida na implicatura conversacional decorre de sua calculabilidade, da possibilidade de se justificar a presença da implicatura pela construção de um argumento baseado nos princípios que governam a interação verbal.

Em resumo: os desenvolvimentos pós- e neogriceanos tendem a enfatizar a natureza instrumental das operações inferenciais ligadas à implicatura, vistas como mecanismos de otimização do processo interpretativo, o que vai a par com a postulação de sua realidade psicológica em termos cognitivistas; já a abordagem griceana original oferece à investigação dessas operações outra via possível, a de explicá-las sob a forma de raciocínios argumentativos que têm entre suas premissas os princípios que organizam a interação comunicativa, sem que sua implementação psicológica seja necessariamente postulada.

Levando em conta as concepções diversas sobre o objeto da investigação, compreende-se o quão congenial é, ao enfoque original de Grice (e de griceanos mais ortodoxos), um modo "filosófico" de argumentação para as formulações teóricas e análises dos dados, apresentados estes, em sua maioria, sob a forma de exemplos imaginários, enquanto que neogriceanos e, especialmente, pós-griceanos venham crescentemente empregando um modo "científico", na forma de experimentos observacionais. Consideremos, então, mais de perto, cada uma dessas opções, iniciando, naturalmente, pela de Grice.

## 6. A metodologia filosófica de Grice

<sup>20</sup> GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

<sup>21</sup> SBISÀ, M. Two conceptions of rationality in Grice's theory of implicature. [200...], p. 233-47. Disponível em: <[http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality\\_Rijeka.pdf](http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality_Rijeka.pdf)> Acesso em: 08 jan. 2017.

<sup>22</sup> GRICE, P. *Aspects of reason*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

<sup>23</sup> SBISÀ, M. Two conceptions of rationality in Grice's theory of implicature. [200...], p. 233-47. Disponível em: <[http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality\\_Rijeka.pdf](http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality_Rijeka.pdf)> Acesso em: 08 jan. 2017.

<sup>24</sup> GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

<sup>25</sup> SBISÀ, M. Two conceptions of rationality in Grice's theory of implicature. [200...], p. 233-47. Disponível em: <[http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality\\_Rijeka.pdf](http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality_Rijeka.pdf)> Acesso em: 08 jan. 2017.

Embora tenha sido apresentado nas conferências William James de 1967, proferidas na Universidade Harvard, o tratamento dado às "implicaturas conversacionais" parece consistente com as linhas gerais de uma "metodologia da psicologia filosófica" que Grice formularia por volta de 1975 e descreveria como de caráter "construtivista" (GRICE, 1991, p. 121-61)<sup>26</sup>. Essa metodologia é assim resumida por Chapman (2008, p.151-2)<sup>27</sup>:

O filósofo constrói o arcabouço de uma estrutura mental, como exigido pelo comportamento a ser explicado. O filósofo é capaz de se manter ambivalente quanto à realidade ou não do estado mental proposto, desde que seja bem-sucedido do ponto de vista explanatório. De fato, a habilidade de desempenhar um papel ativo na explicação do comportamento é a única medida disponível sobre a realidade dos estados mentais.

Ainda segundo a autora (p. 155), no construtivismo griceano, um sistema explanatório "é inteiramente bem-sucedido na medida em que é coerente, relativamente simples, e explica os fatos". Grice se confessa não muito simpático à identificação entre conceitos psicológicos e estados físicos do cérebro movida pela preocupação de excluir entidades "misteriosas" como "alma", "eventos" ou "propriedades puramente mentais", e assim por diante. Diz ele (GRICE, 1991, p. 131)<sup>28</sup>: "Meu gosto é por manter aberta a casa a toda sorte e condição de entidades, desde que, ao entrarem, elas ajudem com o trabalho doméstico". Ou nos termos de um "novo marxismo ontológico" jocosamente proposto pelo filósofo: "elas trabalham, logo existem", embora apenas algumas se credenciem à condição especial de *entia realissima*, "talvez aquelas que vêm sob a recomendação de alguma forma de argumento transcendental".

No quadro da metodologia griceana, três aspectos são de particular relevância para a nossa discussão: a noção de dados comportamentais, o conceito de estados mentais (ou psicológicos) e a relação entre eles. Começamos pelo primeiro, ressaltando que, em Grice, o termo "dado" não encontra maior saliência; o uso que dele aqui faço, em sentido obviamente amplo, atende a uma conveniência de exposição. O principal interesse do filósofo é estabelecer como conceitos psicológicos podem ser elucidados no bojo de teorias explanatórias propostas sob a forma de "leis" psicológicas com o objetivo de explicar o comportamento humano. Tais conceitos são apresentados inicialmente sob a forma de verbos como "crer", "julgar", "querer" etc. Entretanto, Grice se vê na necessidade de exemplificá-los por meio de casos específicos; os exemplos que ele oferece, porém, são de caráter hipotético, iniciados por descrições genéricas, como o caso de "um empregado insatisfeito que deseja mais dinheiro" (GRICE, 1991, p. 153)<sup>29</sup>.

A liberdade com que Grice formula seus exemplos lhe permite mesmo, a certa altura, colocar em cena um animal fictício chamado "Toby", "um escalo [*squarrel*] (uma criatura algo semelhante a um esquilo [*squirrel*])", e ilustrar a aplicação de determinada lei psicológica partindo da suposição de que "Toby tem nozes a sua frente". Vale notar que, no começo da discussão em que recorre a tal exemplo, o filósofo afirma: "Meu tratamento será apenas semirrealista, uma vez que considerarei somente a explanação psicológica de uma amostra de comportamento bastante rudimentar [...]". Embora ele tenha como objetivo apenas esboçar um método e não fazer "propostas substanciais", o emprego do termo "amostra [*sample*]" sugere que, a seu ver, os comportamentos ilustrados por meio de exemplos fictícios constituem uma base de dados legítima para o tratamento teórico, pelo menos em uma fase preliminar (GRICE, 1991, p. 136-7)<sup>30</sup>.

Quando consideramos, porém, a análise das implicaturas apresentada por Grice, tal impressão se acentua, com o frequente recurso aí feito à simulação de situações

<sup>26</sup> GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

<sup>27</sup> CHAPMAN, S. *Paul Grice: philosopher and linguist*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.

<sup>28</sup> GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

<sup>29</sup> GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

<sup>30</sup> GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

conversacionais. E não precisamos ir além das primeiras linhas da seção em que ele conceitua o fenômeno, na versão final da conferência "Logic and conversation" (GRICE, 1989, p. 22-40)<sup>31</sup>, para encontrarmos o formato típico de exemplo empregado ao longo de toda a sua exposição, com os elementos da situação de discurso igualmente descritos de maneira hipotética e genérica: "Suponha que A e B estão conversando sobre um amigo mútuo C que trabalha agora em um banco" (p. 24). Apesar de Grice, em certos momentos, lançar mão de ilustrações que parecem ecoar situações discursivas reais (p. 25, por exemplo) ou mesmo de citações (p. 35), nada há nelas que sugira um diferencial qualitativo em relação aos casos inventados pelo autor. Tudo isso reforça a conclusão de que, para o filósofo, os "dados" por ele criados constituem uma base fiável o bastante para fornecer suporte a suas propostas teóricas.

Quanto à noção de estados mentais ou psicológicos ("estados- $\psi$ "), Grice observa que, no discurso comum, referências a eles "podem ocorrer em uma variedade de contextos linguísticos que são também apropriados a referências a estados que não têm qualquer conexão direta com a psicologia", podendo, como estes, ser relacionados a circunstâncias de tempo, causa, efeito, entre outras (GRICE, 1991, p. 146)<sup>32</sup>. Grice utiliza, aqui, um procedimento característico dos filósofos da linguagem ordinária, ao desenvolver a análise de um dado conceito a partir de seu emprego usual no discurso. Segundo ele, o conceito psicológico que corresponde a um estado mental e requer elucidação deve estar associado a uma teoria psicológica de senso comum na qual se baseia nosso pensamento e discurso ordinários sobre o assunto, ou seja, que faça parte de uma "ciência popular [*folk-science*]" (p. 126-7). Tal conceito, porém, deverá ser interpretado por uma teoria psicológica filosófica que, enquanto psicológica, terá como função "oferecer, de maneira sistemática, explicações do comportamento diferentes de quaisquer explicações do comportamento que resultem (ou venham resultar no futuro) de alguma teoria pressuposta (tal como uma teoria fisiológica)" (p. 125).

Fica compreensível, assim, como se pode explicar, no âmbito dessa metodologia, a relação entre dados comportamentais e estados mentais subjacentes. Do que diz Grice, concluímos que o esclarecimento da relação em foco passa pela construção de uma teoria psicológica no seio da qual, entre outras coisas, é possível reinterpretar conceitos ordinários sobre o comportamento humano, independentemente de teorias originárias de outras áreas de investigação (como a fisiologia, por exemplo).

Não procurarei detalhar o processo de construção teórica proposto por Grice, que inclui um complexo procedimento de "construção de criaturas" como modelos imaginários de criaturas reais (GRICE, 1991, p. 139-45)<sup>33</sup>. Mais urgente seria tentar caracterizar a teoria das implicaturas nos termos da metodologia que delineamos, buscando clarificar, nos limites dessa teoria, a relação entre dados comportamentais e estados mentais. Vista sob esse ângulo metodológico, então, a explicação do fenômeno das implicaturas demanda a construção de um sistema teórico integrado pelo princípio da cooperação e pelas máximas, que descreve a operação de determinados mecanismos inferenciais do discurso conversacional, vale dizer, de determinados processos ou estados mentais associados a comportamentos ordinariamente referidos por expressões como "sugerir", "insinuar" etc. Desse modo, os dados comportamentais apresentados sob a forma de exemplos (na maioria, imaginários) são analisados como efeitos de tais processos ou estados, com base na teoria das implicaturas conversacionais – uma teoria psicológica de cunho filosófico, que não envolve conceitos advindos de teorias de outra natureza.

A importância da autonomia de uma teoria psicológica filosófica é enfatizada por Grice nos seguintes termos: "De fato, somente no quadro de tal teoria, penso eu, é possível levantar, de todo, questões sobre avaliação, e, portanto, sobre a avaliação dos modos de explicação. Se correta minha conjectura, então o sistema estabelecido contém

<sup>31</sup> GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

<sup>32</sup> GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991

<sup>33</sup> GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991

o material requerido para justificar seu próprio estabelecimento; enquanto nenhum sistema rival contém base para a justificação de qualquer coisa que seja" (GRICE, 1991, p.161)<sup>34</sup>. Se correta, a suposição do filósofo ofereceria um forte argumento em defesa do seu tratamento das implicaturas face à crítica movida pelos que, como os pós-griceanos, buscam situar os estudos pragmáticos no contexto das ciências cognitivas e procuram, por isso, adotar procedimentos experimentais, conforme veremos a seguir.

## 8. O experimentalismo pós-griceano

Com a expressão "pragmática pós-griceana", compreende-se o conjunto de trabalhos que vem surgindo na esteira da obra fundamental de Dan Sperber e Deirdre Wilson, *Relevance*, de 1986, a qual, como dito acima, promoveu uma revisão radical do modelo griceano, sem, contudo, rejeitar sua inspiração (SPERBER; WILSON, 1995)<sup>35</sup>. Os pesquisadores que trabalham com tal perspectiva entendem sua abordagem como sendo mais explanatória e mais em conformidade com os princípios da ciência cognitiva (NOVECK; SPERBER, 2004, p. 8)<sup>36</sup>.

Um aspecto importante da aproximação promovida por esses pesquisadores entre a investigação pragmática e a cognitiva está no fato de ser o estudo da cognição um campo que vem reclamando para a ciência parte da área de interesses um dia exclusiva dos filósofos (Hume, Locke, Kant, entre outros) e que, como ciência, procura adotar métodos de investigação segundo os quais as teorias, para merecerem a designação de "científicas", devem ser passíveis de testes observacionais rigorosos, sobretudo, de testes cruciais para a decisão entre teorias rivais (POPPER, 2002)<sup>37</sup>. Note-se que é precisamente essa uma das razões apresentadas por Ira Noveck e Dan Sperber para a adoção de métodos experimentais na pragmática: "uma abordagem experimental pode fornecer evidência crucial quando se está decidindo entre teorias alternativas que podem concordar no conteúdo das interpretações de enunciados, mas têm diferentes implicações quanto aos mecanismos cognitivos pelos quais se chega a essas interpretações." (NOVECK; SPERBER, 2007, p. 186)<sup>38</sup>. Como sugere a passagem, para quem assume tal perspectiva, o que de fundamental está em jogo e motiva o uso de procedimentos experimentais na pragmática é a possibilidade de se explicar a comunicação em termos de mecanismos cognitivos, isto é, como estruturas e processos mentais que, em última análise, podem ser correlacionados a uma base neurofisiológica.

Nesse contexto, compreende-se a conduta experimental em sentido estrito, como um conjunto de procedimentos voltados para a obtenção de dados comportamentais por meio de técnicas laboratoriais que permitem a manipulação controlada de variáveis, bem como o registro e a medição dos resultados. Como explica Chapman (2011, p. 166-7)<sup>39</sup>, obviamente os pesquisadores não podem "observar em que processos mentais o sujeito está engajado, mas podem, pelo menos, mensurar o tempo que esses processos mentais não observáveis tomam para se realizar, por exemplo, medindo quanto tempo leva um sujeito para acionar um botão que indica se uma sentença apresentada em uma tela é verdadeira ou falsa". Acompanhando a exposição de Chapman (p. 171-2), tomemos como primeira ilustração o tratamento dado ao fenômeno da metáfora por Sam Glucksberg (2004, p. 72-93)<sup>40</sup>, um pioneiro da abordagem experimental na pesquisa pragmática.

<sup>34</sup> GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991

<sup>35</sup> SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2<sup>nd</sup> ed. Malden, MA/Oxford: Blackwell Publishing, 1995.

<sup>36</sup> NOVECK, I.; SPERBER, D. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (eds). *Experimental pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004, p. 1-22.

<sup>37</sup> POPPER, K. *The logic of scientific discovery*. London: Routledge, 2002.

<sup>38</sup> NOVECK, I.; SPERBER, D. The why and how of experimental pragmatics: the case of 'scalar inferences'. In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 184-212.

<sup>39</sup> CHAPMAN, S. *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

<sup>40</sup> GLUCKSBERG, S. On the automaticity of pragmatic processes. In: NOVECK, I.; SPERBER, D. (eds). *Experimental pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004, p. 72-93.

Segundo Grice, em enunciados como "Você é a cereja do meu bolo", a óbvia falsidade da afirmação, quando tomada em sentido literal ("convencional", em termos griceanos), leva o ouvinte a buscar uma interpretação que concilie tal afirmação com uma das máximas da qualidade ("Não diga algo que você julga ser falso"), gerando-se, desse modo, uma implicatura, ou, no jargão dos retóricos, uma transposição metafórica do sentido. Assim concebido, o processo envolveria a decodificação do sentido literal e o cálculo para apreensão da intenção do falante. Para muitos investigadores, esses dois aspectos corresponderiam, no plano da implementação psicológica, a um processamento interpretativo em dois estágios e demandaria, por isso, mais tempo para a compreensão dos enunciados de conteúdo metafórico, se comparados aos de sentido literal. Glucksberg (2004)<sup>41</sup> produziu um experimento no qual apresentou aos sujeitos exemplos de sentenças "literalmente falsas", mas "metaforicamente verdadeiras", solicitando que eles considerassem o sentido literal e indicassem se as sentenças eram verdadeiras ou falsas. Mediu então o tempo que os sujeitos levavam para fazer seu julgamento, comparando com o dos casos em que a sentença era literalmente verdadeira, literalmente falsa e não metafórica, ou confusamente metafórica. O resultado, no entender do pesquisador, foi "nítido": "As pessoas têm dificuldade em julgar que as metáforas são literalmente falsas" (p. 76). Se for assim, a constatação representa um claro desafio aos que entendem a teoria griceana como postulando um processamento interpretativo que se realiza psicologicamente em dois estágios: a decodificação sintático-semântica e a inferenciação pragmática. A conclusão de Gluksberg é a de que "a pragmática não é menos primária do que a sintaxe e a semântica no processamento da linguagem" (p. 91).

Ainda seguindo a sugestão de Chapman (2011, p. 167-70)<sup>42</sup>, consideremos mais uma ilustração da abordagem experimental. Entre os tipos de implicatura identificados por Grice, encontram-se as chamadas "implicaturas conversacionais generalizadas" (ICGs), as quais, diferentemente das "particularizadas", operam por *default*, isto é, estão vinculadas ao uso de certas expressões e não se mostram sensíveis a especificidades de contextos individuais, a não ser que exista alguma indicação explícita de cancelamento (ou bloqueio). Segundo os neogriceanos, tal característica das ICGs contribuiria para um aumento da rapidez e eficiência comunicativas. O exemplo a seguir ilustra um subtipo de ICG, designado por eles de "implicatura escalar", porque associado a um conjunto pré-existente de termos ou expressões ("bom", "ótimo", "excelente") que se apresentam ordenados do mais fraco ao mais forte com base em uma escala de informatividade.

- (1) Seu ensaio foi bom.
- (2) Seu ensaio não foi excelente.
- (3) Seu ensaio foi bom; na verdade, foi excelente.

Na visão dos neogriceanos, alguém que ouve (1), tende a derivar dessa afirmação a implicatura (2), porque, como "excelente" é mais informativo do que "bom", o falante, por força da primeira máxima da Quantidade ("Faça sua contribuição tão informativa quanto o necessário"), teria usado, naturalmente, o primeiro adjetivo em sua avaliação, se a qualidade do ensaio o permitisse. Mostra isso o enunciado (3), que tem como intenção cancelar (ou bloquear) a possibilidade de se inferir (2) a partir de (1).

Para os pós-griceanos, contudo, não existem implicaturas por *default*. De acordo com Noveck e Sperber (2007, p. 188-9)<sup>43</sup>, o custo do frequente cancelamento de ICGs para a eficiência comunicativa superaria o benefício de sua geração por *default*. Ainda segundo esses pesquisadores, o custo do emprego de ICGs pode ser comparado com o do uso de implicaturas particularizadas, isto é, que são sensíveis a algum aspecto do contexto. Como argumento, eles apresentam alguns experimentos que tomam como

<sup>41</sup> GLUCKSBERG, S. On the automaticity of pragmatic processes. In: NOVECK, I.; SPERBER, D. (eds). *Experimental pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004, p. 72-93.

<sup>42</sup> CHAPMAN, S. *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.

<sup>43</sup> NOVECK, I.; SPERBER, D. The why and how of experimental pragmatics: the case of 'scalar inferences'. In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 184-212.

variável a velocidade relativa de processamento entre as interpretações literais de termos escalares e as enriquecidas (ou seja, inferidas). Para Noveck e Sperber, tais experimentos "fornecem forte evidência de que uma interpretação enriquecida de um termo escalar fraco requer mais tempo de processamento do que uma interpretação não enriquecida, literal, como predito pela teoria da relevância, contrariamente ao que prediz, implicitamente, a teoria da ICG" (p. 208). A conclusão dos pesquisadores é que "ao lado de outros tipos de dados, a evidência experimental adequadamente elaborada pode ser altamente pertinente para a discussão de questões pragmáticas [...]" (p. 210).

## 9. Um conflito de metodologias?

Não obstante a restrição de nossa análise aos limites da investigação posta em andamento por Grice e levada adiante por neogriceanos e pós-griceanos, é possível observar uma diversidade, ou mesmo polarização, dos enfoques teóricos adotados, com repercussão na escolha da conduta metodológica, em especial, na seleção da base de dados.

Mais precisamente, vemos que, em Grice (e seguidores próximos), uma abordagem de caráter mais filosófico, que não conta como decisiva a plausibilidade psicológica dos processos analisados, faculta ao trabalho de construção e avaliação de teorias o manejo de situações discursivas elaboradas ou criadas pela imaginação. Já entre os pesquisadores de inclinação pós-griceana e aqueles oriundos da psicolinguística, um enfoque de inspiração cognitivista, que procura, em última instância, uma aproximação com a psicologia e a neurofisiologia, incentiva o uso de evidência obtida por meio da construção de experimentos laboratoriais, nos quais as teorias são submetidas a teste pelo controle de variáveis e dedução de predições, o que, segundo esses pesquisadores, lhes permite decidir, com mais clareza, entre propostas teóricas rivais.

Um aspecto desse quadro se mostra decisivo para o que desejo propor adiante como conclusão: embora, às vezes, defendidas com entusiasmo por seus proponentes, as condutas metodológicas aqui consideradas não são, em princípio, mutuamente excludentes, nem podem aspirar à condição de suficiência. De fato, para cada uma delas, a par com as virtudes apontadas por seus defensores, seria possível identificar limitações. Assim é que os exemplos imaginários de Grice, se, por um lado, encapsulam intuições pragmáticas relevantes para a investigação, podem, por outro, carecer de verossimilhança ou estar contaminados por preconceitos teóricos do filósofo; já os experimentos laboratoriais dos pós-griceanos, por sua vez, devido ao controle das variáveis, estão longe de representar situações reais e espontâneas de discurso, o que poderia, em princípio, mascarar ou empobrecer os fatos. Por essa razão, mesmo experimentalistas convictos como Noveck e Sperber reconhecem que melhor seria os pragmaticistas usarem "qualquer tipo de dado que possa significativamente confirmar ou refutar hipóteses" (NOVECK; SPERBER, 2007, p. 184-5)<sup>44</sup> – um reconhecimento que convida a uma atitude, ao mesmo tempo, de abertura e de cautela na escolha da conduta metodológica, por ocasião do planejamento de uma pesquisa na área da pragmática.

## 10. Conclusão: por uma metodologia pluralista

O resultado desta nossa discussão parece, assim, apontar na direção de um pluralismo metodológico. À compreensão da importância que a multiplicidade de teorias rivais tem para o progresso da ciência, convém somar o reconhecimento do valor contido na diversidade das condutas metodológicas, ressaltando-se que a adoção de determinada conduta requer uma clara percepção das implicações contidas nas diferentes concepções sobre o objeto e a finalidade da investigação. Tal ressalva é

<sup>44</sup> NOVECK, I.; SPERBER, D. The why and how of experimental pragmatics: the case of 'scalar inferences'. In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 184-212.

necessária para se marcar uma fronteira entre a criteriosa abertura à pluralidade dos métodos e a fácil adesão ao anarquismo metodológico (cf. FEYERABEND, 2010)<sup>45</sup>.

Como exposto acima, ao longo da história do pensamento ocidental, podemos identificar dois estilos argumentativos fundamentais, o filosófico e o científico. Embora as condutas metodológicas aqui consideradas se filiem a um ou a outro, inscrevem-se nos limites da mesma lógica pela qual se pautam, em última análise, esses dois modos de investigação. Além do mais, ainda que se perceba algum grau de incomensurabilidade conceitual e programática entre os enfoques propostos por Grice e pelos pós-griceanos, resta uma boa margem de pressupostos teóricos comuns: o significado do falante, a interpretação como um processo inferencial, a importância do contexto e dos princípios que governam a interação verbal. Tudo isso garante um espaço de entendimento suficiente para a continuidade do debate no âmbito da pesquisa pragmática de inspiração griceana.

## Referências

- AUSTIN, J. L. *Philosophical papers*. 3<sup>rd</sup> ed. Oxford: Oxford University Press, 1979, p. 205-32.
- BACH, K. Regressions in pragmatics (and semantics). In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 24-44.
- BURTON-ROBERTS, N. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 1-9.
- CHAPMAN, S. Paul Grice: philosopher and linguist. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- CHAPMAN, S. *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.
- CROWE, M. J. *Theories of the world: from antiquity to the copernican revolution*. 2<sup>nd</sup> ed. Mineola, NY: Dover, 2001.
- FEYERABEND, P. *Against method*. 4<sup>th</sup> ed. London: Verso, 2010.
- GLUCKSBERG, S. On the automaticity of pragmatic processes. In: NOVECK, I; SPERBER, D. (eds). *Experimental pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004, p. 72-93.
- GRICE, P. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.
- GRICE, P. *The conception of value*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- GRICE, P. *Aspects of reason*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- KASHER, A. Conversational maxims and rationality. In: KASHER, A. (Ed). *Language in focus: foundations, methods and systems*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1976. p. 197-216. Disponível em: [http://www.academia.edu/15034538/Conversational\\_Maxims\\_and\\_Rationality](http://www.academia.edu/15034538/Conversational_Maxims_and_Rationality) Acesso em: 07 jan. 2017.
- KUHN, T. S. *The copernican revolution: planetary astronomy in the development of western thought*. New York: MJF, 1985.
- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- LEVINSON, S. C. *Presumptive Meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

<sup>45</sup> FEYERABEND, P. *Against method*. 4<sup>th</sup> ed. London: Verso, 2010.

NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional* uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. rev. e atual São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NOVECK, I.; SPERBER, D. The why and how of experimental pragmatics: the case of 'scalar inferences'. In: BURTON-ROBERTS, N. (ed). *Pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 184-212.

NOVECK, I.; SPERBER, D. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (eds). *Experimental pragmatics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004, p. 1-22.

POPPER, K. *The logic of scientific discovery*. London: Routledge, 2002.

SBISÀ, M. Two conceptions of rationality in Grice's theory of implicature. [200...], p. 233-47. Disponível em: <[http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality\\_Rijeka.pdf](http://www2.units.it/sbisama/it/Rationality_Rijeka.pdf)> Acesso em: 08 jan. 2017.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2<sup>nd</sup> ed. Malden, MA/Oxford: Blackwell Publishing, 1995.

WATSON, R.; GASTALDO, E. *Etnometodologia & análise da conversa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

WILSON, D.; SPERBER, D. *Meaning and relevance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

---

Doutor em Ciências da Linguagem (UNICAP, 2019)

Professor Assistente I da UNICAP

Email: [fanuelpaesbarreto@gmail.com](mailto:fanuelpaesbarreto@gmail.com)

Doutor em Filosofia (PUCRS, 2003)

Professor do PPG em Ciências da Linguagem da UNICAP

E-mail: [cirnealex@hotmail.com](mailto:cirnealex@hotmail.com)